

Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão

ATA NÚMERO 70/XV/2.^a SL

Aos 25 dias do mês de outubro de 2023, pelas 10 horas, reuniu-se a Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão, na Sala 5 do Palácio de São Bento, na presença das Senhoras e dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

I PARTE – 10h

Audição da União das Misericórdias Portuguesas (UMP), [a requerimento do Grupo Parlamentar do PSD](#), sobre a implementação do programa «Creche Feliz».
Presidente do Secretariado Nacional da UMP, Dr. Manuel de Lemos

II PARTE – 11h15

Audição da Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade (CNIS), [a requerimento do Grupo Parlamentar do PSD](#), sobre a implementação do programa «Creche Feliz».
Vogal da Direção, Dra. Maria João Quintela
Assessora da Direção para a área da Cooperação, Dra. Filomena Bordalo

III PARTE – 12h30

1. Apreciação e votação das atas das reuniões n.ºs 68 e 69, de 11 e 18 de outubro, respetivamente;
2. Comunicação de baixa à Comissão e distribuição de iniciativas - designação do Deputado autor do parecer e deliberação sobre a submissão a apreciação pública e eventuais consultas a realizar;
3. Discussão e votação dos relatórios sobre as seguintes iniciativas legislativas:
 - [Proposta de Lei n.º 109/XV/2.^a \(GOV\)](#) — Aprova o Orçamento do Estado para 2024;
Relator: Grupo Parlamentar do PSD
 - [Projeto n.º 856/XV/1.^a \(PCP\)](#) — Atualiza as medidas de proteção aos trabalhadores que utilizam equipamentos com visor, procedendo à segunda alteração do Decreto-Lei n.º 349/93, de 1 de outubro;
Relatora: Deputada Rita Borges Madeira (PS)
 - 4. Fixação da redação final, nos termos do artigo 156.º do RAR, dos textos relativos às seguintes iniciativas legislativas:
 - [Projeto de Lei n.º 852/XV/1.^a \(PS\)](#) — Altera o Decreto-Lei n.º 91/2009, de 9 de abril, e o Decreto-Lei n.º 89/2009, de 9 de abril, criando o subsídio para acompanhamento no âmbito de deslocação a unidade hospitalar localizada fora da ilha de residência da grávida;
 - [Proposta de Lei n.º 96/XV/1.^a \(GOV\)](#) — Altera os Estatutos de Associações Públicas Profissionais;
5. Discussão e votação do Plano de Atividades da Comissão para a 2.^a Sessão Legislativa da XV Legislatura;
6. Outros assuntos.

Aberta a reunião, a Senhora Presidente da Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão, Deputada Isabel Meirelles, cumprimentou as Senhoras e os Senhores Deputados presentes, entrando-se de seguida na apreciação da Ordem do Dia, nos seguintes termos:



Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão

ATA NÚMERO 70/XV/2.ª SL

I PARTE – 10h

Audição da União das Misericórdias Portuguesas (UMP), [a requerimento do Grupo Parlamentar do PSD](#), sobre a implementação do programa «Creche Feliz».

Presidente do Secretariado Nacional da UMP, Dr. Manuel de Lemos

A Senhora Presidente começou por saudar o Dr. Manuel de Lemos, Presidente do Secretariado Nacional da União das Misericórdias Portuguesas (UMP), agradecendo-lhe a presença. De seguida, explicitou a metodologia a utilizar e deu a palavra ao Senhor Deputado Rui Cruz (PSD), para apresentação do [requerimento](#) que motivou a realização daquela audição.

Após intervenção inicial do Dr. Manuel de Lemos, desenrolou-se a ronda dedicada aos Grupos Parlamentares, na qual intervieram a Senhora Deputada Mara Lagriminha Coelho (PS), o Senhor Deputado Rui Cruz (PSD) e a Senhora Deputada Carla Castro (IL). No final das intervenções dos Senhores Deputados, o Dr. Manuel de Lemos retomou o uso da palavra para resposta conjunta às questões colocadas.

Por fim, a Senhora Presidente reiterou o agradecimento ao Dr. Manuel de Lemos pela participação na audição, bem como pelos contributos prestados e pela forma tão frontal como exprimiu a sua opinião, dando por concluída a primeira parte da reunião.

A [audição](#) foi registada em suporte [áudio](#) e [vídeo](#), constituindo essa gravação parte integrante desta ata, pelo que se dispensa o seu desenvolvimento mais aprofundado nesta sede.

II PARTE – 11h15

Audição da Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade (CNIS), [a requerimento do Grupo Parlamentar do PSD](#), sobre a implementação do programa «Creche Feliz».

Vogal da Direção, Dra. Maria João Quintela

Assessora da Direção para a área da Cooperação, Dra. Filomena Bordalo

A Senhora Presidente saudou a delegação da CNIS, composta pela Dra. Maria João Quintela, vogal da Direção, e pela Dra. Filomena Bordalo, assessora da Direção para a área da cooperação, agradecendo-lhes a presença. De seguida, deu a palavra ao



Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão

ATA NÚMERO 70/XV/2.ª SL

Senhor Deputado Hugo Maravilha (PSD), para apresentação do [requerimento](#) que motivou a realização daquela audição.

Após intervenção inicial das representantes da CNIS, teve lugar a ronda dedicada aos Grupos Parlamentares, na qual intervieram a Senhora Deputada Mara Lagriminha Coelho (PS) e o Senhor Deputado Hugo Maravilha (PS). No final das intervenções dos Senhores Deputados, a Dra. Filomena Bordalo retomou o uso da palavra para resposta conjunta às questões colocadas.

Por fim, a Senhora Presidente reiterou o agradecimento às representantes da CNIS pela participação na audição, bem como pelos contributos prestados, dando por concluída a segunda parte da reunião.

A audição foi gravada em suporte vídeo, constituindo essa [gravação](#) parte integrante desta ata, pelo que se dispensa o seu desenvolvimento mais aprofundado nesta sede.

Prosseguiu-se então com a derradeira parte da Ordem de Trabalhos, nos seguintes moldes:

III PARTE – 12h30

- 1. Apreciação e votação das atas das reuniões n.ºs 68 e 69, de 11 e 18 de outubro, respetivamente;**

As atas em causa foram aprovadas por unanimidade, verificando-se a ausência dos Grupos Parlamentares (GP) do CH, da IL e do BE.

- 2. Comunicação de baixa à Comissão e distribuição de iniciativas - designação do Deputado autor do parecer e deliberação sobre a submissão a apreciação pública e eventuais consultas a realizar;**

A Senhora Presidente comunicou que haviam baixado na especialidade à CTSSI, no seguimento de pedido de redistribuição da Comissão de Educação e Ciência, o [Projeto de Resolução n.º 873/XV/1.ª \(PS\)](#) – Recomenda ao Governo que promova melhores condições de acesso ao trabalho para estudantes e o [Projeto de Resolução n.º](#)



Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão

ATA NÚMERO 70/XV/2.^a SL

[881/XV/2.^a \(PAN\)](#) – Recomenda ao Governo que adote medidas de valorização do Estatuto do Trabalhador-Estudante.

3. Discussão e votação dos relatórios sobre as seguintes iniciativas legislativas:
- [Proposta de Lei n.º 109/XV/2.^a \(GOV\)](#) — Aprova o Orçamento do Estado para 2024;
Relator: Grupo Parlamentar do PSD

O Senhor Deputado Nuno Carvalho (PSD) procedeu a uma apresentação sumária do parecer setorial, dando conta que a iniciativa do Governo se debruçava sobre as orientações estratégicas e políticas quanto ao programa do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social para 2024, cumprindo todos os requisitos constitucionais, legais e regimentais aplicáveis, remetendo eventuais desenvolvimentos para a consulta do documento e reservando a sua opinião para a discussão em Plenário.

Depois de o GP do PS e de a Senhora Presidente terem saudado o trabalho desenvolvido, o parecer foi aprovado por unanimidade, registando-se a ausência dos GP do CH e da IL.

- [Projeto n.º 856/XV/1.^a \(PCP\)](#) — Atualiza as medidas de proteção aos trabalhadores que utilizam equipamentos com visor, procedendo à segunda alteração do Decreto-Lei n.º 349/93, de 1 de outubro;
Relatora: Deputada Rita Borges Madeira (PS)

Também a Senhora Deputada Rita Borges Madeira (PS) procedeu a uma exposição sucinta sobre a iniciativa em epígrafe, aludindo aos contributos recebidos na fase de apreciação pública e constatando a observância dos pressupostos formais para o debate em sessão plenária. Assim sendo, e eximindo-se de enunciar a sua opinião nesta sede, concluiu que o relatório deveria ser remetido a Sua Excelência o Presidente da Assembleia da República.

Após os cumprimentos do GP do PSD e da Senhora Presidente pela elaboração e apresentação do documento, o mesmo foi aprovado por unanimidade, igualmente na ausência dos GP do CH e da IL.

4. Fixação da redação final, nos termos do artigo 156.º do RAR, dos textos relativos às seguintes iniciativas legislativas:

- [Projeto de Lei n.º 852/XV/1.^a \(PS\)](#) — Altera o Decreto-Lei n.º 91/2009, de 9 de abril, e o Decreto-Lei n.º 89/2009, de 9 de abril, criando o subsídio para acompanhamento no âmbito de deslocação a unidade hospitalar localizada fora da ilha de residência da grávida;



Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão

ATA NÚMERO 70/XV/2.^a SL

O Senhor Deputado Francisco César (PS) manifestou a concordância do seu Grupo Parlamentar, quer quanto à [proposta](#) de redação final recebida, quer quanto às sugestões complementares entretanto distribuídas:

- Renumeração da [alínea e\)](#) do artigo 46.º do Decreto-Lei n.º 91/2009, de 9 de abril, constante do artigo 2.º do projeto de decreto («Subsídio social por necessidade de deslocação a unidade hospitalar localizada fora da ilha de residência da grávida para realização de parto e para acompanhamento») como [alínea f\)](#), mantendo-se assim a atual alínea e) («Subsídio social por riscos específicos»);
- Eliminação de vírgulas no n.º 1 do artigo 9.º-A do Decreto-Lei n.º 91/2009, de 9 de abril («O subsídio por necessidade de deslocação a unidade hospitalar localizada fora da ilha de residência da grávida para realização de parto é atribuído nas situações em que a grávida necessite fazer essa deslocação por indisponibilidade ou inexistência de recursos técnicos e humanos na sua ilha de residência, durante o período que for considerado necessário e adequado para esse fim, o que deve constar expressamente de prescrição médica.»), e no n.º 1 do artigo 4.º do projeto de decreto («Sem prejuízo do disposto na alínea d) do n.º 2 do artigo 255.º do Código do Trabalho, aprovado em anexo à Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro, determinam a perda de retribuição as faltas motivadas pelo acompanhamento de grávida que se desloque a unidade hospitalar localizada fora da ilha de residência para realização de parto, conforme previsto na alínea f) do n.º 2 do artigo 249.º e no artigo 252.º–A do referido código, desde que o trabalhador beneficie de um regime de segurança social de proteção na parentalidade que garanta a atribuição do respetivo subsídio.»), que assim adotaram as redações entre parêntesis;
- Emenda das alíneas mencionadas no n.º 3 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 91/2009, de 9 de abril, que não foi atualizado pela Lei n.º 90/2019, de 4 de setembro, apesar de esta ter aditado uma nova alínea [b\)](#) ao n.º 1, com a renumeração das subsequentes, devendo assim referir-se ao «direito aos subsídios previstos nas alíneas [d\) a i\)](#) do n.º 1...» onde atualmente se lê: «direito aos subsídios previstos nas alíneas [c\) a h\)](#) do n.º 1...».

Não se verificando nenhuma outra intervenção, a redação final do Projeto de Lei n.º 852/XV/1.^a (PS) foi fixada nos termos indicados sem votos contra, ainda na ausência dos GP do CH e da IL.



Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão

ATA NÚMERO 70/XV/2.ª SL

- [Proposta de Lei n.º 96/XV/1.ª \(GOV\)](#) — **Altera os Estatutos de Associações Públicas Profissionais;**

O GP do PS verbalizou o pedido de adiamento da fixação da redação final do texto que altera o Estatuto da Ordem dos Psicólogos, atendendo a que estavam ainda em falta as propostas relativas aos demais textos sobre esta matéria aprovados em Plenário, tendo o Senhor Deputado Nuno Carvalho (PSD) indagado se tal não colocava em perigo os prazos anteriormente invocados, ao que o Senhor Deputado Jorge Gabriel Martins (PS) esclareceu que tais prazos haviam sido cumpridos com a atempada votação final global.

5. Discussão e votação do Plano de Atividades da Comissão para a 2.ª Sessão Legislativa da XV Legislatura;

Considerando o que resultara da reunião de Mesa e Coordenadores que tivera lugar nessa mesma manhã, na qual não pudera estar presente, a Senhora Deputada Rita Borges Madeira (PS) solicitou o adiamento deste ponto para reunião vindoura, já que se suscitava uma questão sobre uma das propostas do GP da IL, que não se encontrava presente.

Nestes termos, e observando que se tratava do terceiro adiamento deste ponto, ao abrigo do n.º 1 do artigo 16.º do Regulamento da Comissão em vigor, a Senhora Presidente acrescentou que o assunto poderia ser outrossim adiado nos termos do n.º 2 do mesmo preceito, já que se tratava de uma deliberação da Comissão sem votos contra.

6. Outros assuntos.

A Senhora Presidente deu conta que se realizaria na sexta-feira, 27 de outubro, pelas 9h a audição da Senhora Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, no âmbito da apreciação na generalidade da Proposta de Lei que Aprova o Orçamento do Estado para 2024, em reunião conjunta da CTSSI com a Comissão de Orçamento e Finanças.



Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão

ATA NÚMERO 70/XV/2.^a SL

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às 12:30 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 7 de dezembro de 2023.

A PRESIDENTE

(ISABEL MEIRELLES)



Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão

ATA NÚMERO 70/XV/2.^a SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Ana Bernardo (PS)
Catarina Lobo (PS)
Cristina Mendes Da Silva (PS)
Cristina Sousa (PS)
Fernando José (PS)
Gilberto Anjos (PS)
Jorge Gabriel Martins (PS)
Marta Freitas (PS)
Paula Reis (PS)
Rita Borges Madeira (PS)
Sérgio Monte (PS)
Clara Marques Mendes (PSD)
Emília Cerqueira (PSD)
Helga Correia (PSD)
Hugo Maravilha (PSD)
Isabel Meireles (PSD)
Joana Barata Lopes (PSD)
Nuno Carvalho (PSD)
Pedro Roque (PSD)
Jorge Galveias (CH)
Carla Castro (IL)
Alfredo Maia (PCP)
José Moura Soeiro (BE)
Ana Isabel Santos (PS)
Francisco César (PS)
Hugo Oliveira (PS)
Joana Sá Pereira (PS)
Mara Lagriminha Coelho (PS)
Maria De Fátima Fonseca (PS)
Carla Madureira (PSD)
Rui Cruz (PSD)
Sónia Ramos (PSD)

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Tiago Barbosa Ribeiro (PS)

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Lina Lopes (PSD)
Rui Afonso (CH)